MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Magalhães Lemos

Aviso n.º 9206/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, faz-se público que, por deliberação de 3 de Outubro de 2005 do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos e de acordo com o despacho n.º 19 506/2004, do secretário-geral do Ministério da Saúde, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, contado da data da publicação do presente aviso, concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de assistente (ramo de farmácia), da carreira técnica superior de saúde, do quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos, aprovado pela Portaria n.º 935/94, de 21 de Outubro, e alterado pelas Portarias n.ºs 270/99, de 13 de Abril, e 1374/2002, de 22 de Outubro.

1 — Em conformidade com o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, foi expressamente declarada pelo dirigente máximo deste Hospital a existência de cabimentação orçamental dos encargos inerentes ao presente concurso.

2 — Prazo de validade — o concurso visa apenas o preenchimento do lugar referido, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 213/2000, de 2 de Setembro, 414/91, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, 241/94, de 22 de Setembro, e 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Vencimento, local e condições de trabalho — o vencimento corresponde aos índices para a categoria, nos termos da legislação em vigor, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública. O local de trabalho situa-se na área onde o Hospital de Magalhães Lemos desenvolve a sua actividade.

5 — Requisitos gerais e especiais — podem candidatar-se os funcionários que satisfaçam cumulativamente as condições constantes no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

6 — Método de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, conforme o previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Outubro. Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes factores: habilitação académica de base, formação profissional e experiência profissional.

6.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, Rua do Professor Álvaro Rodrigues, 4149-003 Porto, e entregue no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

7.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal, número de telefone e número de contribuinte);
- Habilitações literárias;
- Situação profissional;
- Identificação do concurso, com indicação expressa da data do aviso;
- Indicação dos documentos que instruem o requerimento;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos julguem relevantes para apreciação do seu mérito.

7.3 — Os requerimentos de admissão serão acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence da qual constem a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço (expressão quantitativa) dos últimos três anos;
- Curriculum vitae* (três exemplares).

8 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9 — Composição do júri:

Presidente — Ana Maria Pereira Cruz, assessora do Hospital de São João de Deus, S. A.

Vogais efectivos:

Paula Marques Oliveira, assistente do Hospital de São João.
Helena Cristina Mendes Soares, assistente do Hospital Geral de Santo António, S. A.

Vogais suplentes:

Maria do Rosário Nunes Pereira Mesquita, assistente do Hospital de São João.
Maria Aida Magalhães Ferreira Batista, assistente principal do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.

10 — O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

11 — A relação de candidatos bem como a lista de classificação final serão afixadas no expositor do Serviço de Pessoal.

12 — Menção a que alude o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de Outubro de 2005. — O Enfermeiro-Director, *João Ernesto Teles Pires*.

Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde

Aviso n.º 9207/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do vogal do conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde de 3 de Outubro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para a admissão a estágio na carreira técnica superior, tendo em vista o preenchimento de dois lugares vagos de técnico superior de 2.ª classe, das áreas funcionais do Departamento de Aprovisionamentos e do Departamento de Consolidação e Controlo de Gestão do Serviço Nacional de Saúde, do quadro de pessoal deste Instituto, anexo à Portaria n.º 1042/93, de 18 de Outubro.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 24/84, de 16 de Janeiro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e no Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares indicados, caducando com o seu preenchimento.

5 — Conteúdo funcional — o constante dos artigos 20.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 325-A/2003, de 29 de Dezembro.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na sede este Instituto, Avenida da República, 61, 1064-808 Lisboa.

7 — Condições de trabalho, regalias sociais e vencimento — as condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central, sendo o vencimento o correspondente ao índice da categoria de estagiário, durante o estágio, e do escalão 1 da categoria de técnico superior de 2.ª classe, aquando do provimento dos lugares, fixados no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — O provimento dos lugares fica dependente da prévia aprovação em estágio, a realizar de acordo com o regulamento do estágio para ingresso nas carreiras técnica superior, técnica e de informática do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, aprovado pelo Secretário de Estado da Saúde em 9 de Julho de 1996, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 5 de Agosto de 1996, com classificação não inferior a *Bom* (14 valores) e de acordo com o ordenamento na correspondente lista de classificação final.

9 — Condições de candidatura — poderão ser admitidos ao concurso os funcionários ou agentes que, a qualquer título, exerçam funções correspondentes a necessidades permanentes nos serviços e organismos da administração central, bem como nos institutos públicos nas modalidades de serviços cumulatizados do Estado e de fundos públicos, e que satisfaçam, cumulativamente, até ao fim do prazo de entrega das candidaturas, os seguintes requisitos:

9.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

9.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura adequada ao conteúdo funcional dos lugares postos a concurso.

10 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular;
- c) Entrevista profissional de selecção.

10.1 — O método de selecção da prova de conhecimentos é eliminatório.

10.2 — O programa da prova é o estabelecido nos termos do despacho n.º 61/95, de 11 de Dezembro, da Ministra da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995, para os concursos de ingresso nas categorias dos quadros de pessoal dos estabelecimentos e serviços do Ministério da Saúde, e incidirá sobre os seguintes temas:

- a) Orgânica do Ministério da Saúde;
- b) Orgânica do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde;
- c) Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;
- d) Lei de Bases da Saúde;
- e) Princípios gerais do procedimento administrativo.

10.3 — A prova assumirá a forma escrita e terá a duração máxima de duas horas, sendo a legislação e a bibliografia necessárias à sua realização as seguintes:

- Orgânica do Ministério da Saúde — Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
 Orgânica do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde — Decreto-Lei n.º 325-A/2003, de 29 de Dezembro;
 Estatuto do Serviço Nacional de Saúde — Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
 Lei de Bases da Saúde — Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto;
 Princípios gerais do procedimento administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

10.4 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, ponderando-se as habilitações, a formação profissional e a experiência profissional.

10.5 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, ponderando-se o sentido crítico, a motivação para o exercício das funções a que se candidata e a expressão e fluência verbais.

11 — Sistema de classificação final e critérios de apreciação e ponderação:

11.1 — A classificação final, na qual será adoptada a escala de 0 a 20 valores, resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que nas fases eliminatórias ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Apresentação das candidaturas:

12.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, Avenida da República, 61, 1064-808 Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido através do correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 para a morada referida, devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, número, datas de emissão e de validade e serviço emissor do bilhete de identidade, nacionalidade, estado civil, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Identificação do concurso, especificando o número, a data e a página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do mesmo;

d) Categoria profissional, estabelecimento ou serviço a que pertence e natureza do vínculo;

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de admissão indicados no n.º 8.1 deste aviso;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para apreciação do seu mérito.

12.2 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, estágios, especializações e seminários), indicando a respectiva duração e datas de realização;
- c) Declaração actualizada, autêntica ou autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, mencionando, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria que detém e o tempo de serviço na função pública, na carreira e na categoria, bem como a classificação de serviço através de expressão quantitativa, sem arredondamento, reportada aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e da respectiva duração em horas.

12.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, e em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das suas declarações.

12.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Listas:

13.1 — A lista de candidatos admitidos ao concurso é afixada, para consulta, no Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, Avenida da República, 61, Lisboa, sendo os candidatos excluídos nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13.2 — A lista de classificação final é notificada aos candidatos mediante:

- a) Afixação da lista no Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde;
- b) Envio da lista, por aviso registado, se o número de candidatos for inferior a 100;
- c) Publicação do aviso na 2.ª série do *Diário da República*, informando os interessados da afixação da lista no IGIF se o número de candidatos for igual ou superior a 100.

14 — Constituição do júri — o júri do concurso, que será também, salvo indicação em contrário, o júri de estágio, terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciada Maria Edetilde Gomes Pinheiro, directora de serviços.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Manuela Duarte Veloso Carvalho, técnica superior de 1.ª classe.
- 2.º Licenciado José Eduardo Barroso Almeida Cruz, técnico superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Maria Laura Leitão Ferreira Raposo, técnica superior de 1.ª classe.
- 2.º Licenciada Maria Helena Dias dos Santos Martins, técnica superior principal.

O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

4 de Outubro de 2005. — A Presidente do Júri, *Maria Edetilde Gomes Pinheiro*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 9208/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Outubro de 2005, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a sociedade Ceva Saúde Animal, Produtos Farmacêuticos e Imunológicos, L.ª, com sede na Avenida do General Norton de Matos, 59-B, Miraflores, 1495-148 Algés, a comercializar por grosso, importar e exportar substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados nas instalações da sociedade LOGIFARMA — Logística Farmacêutica, S. A., sitas na Estrada Nacional n.º 9, Terrugem, Vila